



## AS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS E O TERRITÓRIO PÓS-COVID

### NADA VOLTA A SER IGUAL

### CONTRIBUTO PÓS-COVID

Dois anos volvidos sobre a Declaração do Território, e confrontados que estamos com uma nova situação crítica, os presidentes da Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas, da Associação Portuguesa de Geógrafos, da Associação Portuguesa dos Urbanistas, da Ordem dos Arquitectos e da Ordem dos Engenheiros reunidos a 22 de Abril (Dia da Terra), consideram que:

- a) Nada de essencial até agora mudou que permita falar de uma maior valorização do ordenamento, do exercício de planeamento e gestão do território que permita a sua abordagem para além do cumprimento de regras jurídicas, e no sentido de uma maior coordenação das políticas setoriais do Estado;
- b) O quadro atual, marcado pela pandemia do Covid19, obriga a rever política e práticas e implica o sentido de urgência em vários domínios.

Entendem essencial:

1. Reafirmar a necessidade de serem criadas condições para o aumento da coordenação entre políticas que assegurem uma efectiva relação entre economia, agricultura e floresta, reforçando a transparência e a sua atempada e rápida divulgação junto dos profissionais, e permitindo conjugar as necessidades de flexibilidade e de homogeneização dos instrumentos de planeamento no sentido de uma economia circular e de uma maior sustentabilidade;
2. Reforçar a atenção a dar ao planeamento e à gestão dos riscos, reforçando a capacidade de “sobrevivência” das estruturas territoriais face a pandemias, sismos, secas, inundações, incêndios, movimentos de massa, permitindo assegurar uma resposta às profundas transformações climáticas, bem como às suas consequências na estrutura social;
3. Alertar para a capacidade de financiamento bancário e a necessidade de ser assegurada a participação nacional para investimento no desenvolvimento pós-Covid, considerando o peso da burocracia e o grande desperdício de recursos temporais e humanos que lhe está associado;
4. Promover a mitigação dos efeitos das alterações climáticas, designadamente através da qualificação digital das empresas e a promoção de políticas de tele-trabalho e tele-ensino, com redução de deslocações não necessárias;
5. Valorização e qualificação dos espaços e equipamentos públicos nas suas dimensões urbana e territorial, bem como da reabilitação, e a importância da sua qualificação;
6. Reafirmar a importância da manutenção das redes de infraestruturas e da capacidade estratégica da segurança alimentar, energética, de saúde, dos recursos hídricos e logística;
7. Promover a contratação pública com base na relação qualidade/preço (de acordo com o modelo proposto pelo Banco Mundial);

8. Reforçar a credibilidade do planeamento e do ordenamento, enquanto instrumentos para assegurar os ganhos de competitividade e bem-estar que daí resultam, chamando a atenção em especial para a importância do PNPT.

Em consequência, as Associações abaixo identificadas, apresentam o seu contributo para a necessária reformulação social e económica que o País exige e como tal manifestam a sua disponibilidade para apresentar e discutir os pontos anteriores com a Administração Central, Regional e Local.

Lisboa, 22 de Abril de 2020



(Jorge Cancela

Associação Portuguesa dos Arquitetos Paisagistas)



(José Alberto Rio Fernandes

Associação Portuguesa de Geógrafos)



(Luís Pedro Cerqueira

Associação Portuguesa de Urbanistas)



(José Manuel Pedreirinho

Ordem dos Arquitetos)



(Carlos Mineiro Aires

Ordem dos Engenheiros)